



# XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## PERSPECTIVA DE GÊNERO NA ESCOLA: VIVÊNCIAS A PARTIR DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Raquel Costa Antas

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco*

*Universidade de Pernambuco*

*rca\_0912@yahoo.com.br*

**Resumo:** Este trabalho, fruto de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Pernambuco, propõe-se investigar os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher (NEG), enquanto ação de fomento para construção de conhecimento em gênero em instituições formais de ensino, implementada pela Secretaria da Mulher de Pernambuco, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Seus objetivos são: Discutir a relevância da inclusão da perspectiva de gênero nas escolas; analisar o desenvolvimento dos NEG (como fruto de uma política pública), a partir das vivências dentro de uma instituição escolar; contribuir para o fortalecimento deste subprograma; construir um material que contribua para o fomento da discussão das relações de gênero e sexualidade, por meio da inserção social da pesquisa. Dessa forma, através de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico (cujos instrumentos são, sobretudo, a observação participante, entrevistas, questionários e análise de documentos) foram acompanhadas as atividades de um núcleo de estudos de gênero em uma Escola de Referência em Ensino Médio, na zona norte do Recife, Pernambuco. Como inserção social, optamos por elaborar oficinas (cujo público foi os próprios integrantes do núcleo de gênero) em parceria com Organizações Não Governamentais e representantes de movimentos sociais. O produto final desta inserção social visa à construção de roteiros de oficinas (a serem ministradas em qualquer instituição escolar) direcionadas a docentes e mães, pais, responsáveis. Para análise de dados optamos por usar técnicas de análise de conteúdo de Laurence Bardin.  
Gênero; Educação; Políticas Públicas.

**Introdução:** Neste trabalho propomos a investigar os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher (NEG), enquanto ação de fomento de construção de conhecimento em gênero, implementada pela Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher/PE) em parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEE).

O objetivo dos NEG, que surgem em 2009, é fomentar a construção de conhecimento em gênero no ensino formal

tanto em escolas públicas quanto em Instituições de Ensino Superior. Suas ações foram fortalecidas a partir da cooperação técnica com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), formalizada em dezembro de 2011, transformando-a numa ação intersetorial, entre as duas secretarias de estado.

Desde então, foram sucessivamente acrescentadas novas parcerias, tais como: A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), a Universidade Federal de Pernambuco



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

(UFPE), o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), a Universidade de Pernambuco (UPE), entre outras, fortalecendo e expandindo os NEG.

No atual cenário brasileiro, o momento histórico em que vivemos é marcado por uma crescente censura à inclusão da perspectiva de gênero e diversidade sexual nas escolas brasileiras, realizada, sobretudo, por grupos religiosos fundamentalistas e movimentos conservadores como o Escola Sem Partido e o Movimento Brasil Livre (MBL). Este fenômeno vem ganhando força e respaldo em diversos setores da sociedade, através do que Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2016) nomeiam de pseudoconceito de “ideologia de gênero”, propagando, através do senso comum, ideias equivocadas e falaciosas a respeito do conceito de gênero.

Dessa forma, consideramos relevante discutir a temática da inclusão da perspectiva de gênero e diversidade sexual no currículo escolar como forma de desnaturalizar comportamentos que foram socialmente instituídos.

É imprescindível compreendermos que o que entendemos socialmente por masculinidade / feminilidade e comportamentos normativos de sexualidade são, em verdade, representações que foram construídas, mantidas e (re)significadas

através de instituições sociais, simbolismos, doutrinas, normas e leis. Assim, podemos afirmar que é de fundamental importância desnaturalizarmos comportamentos que, muitas vezes, são excludentes, hierárquicos, misóginos, lgbtifóbicos<sup>1</sup>, sexistas, racistas etc (LOURO, 2013).

Por isso, criamos estratégias para combater a disseminação do que se entende pelo pseudoconceito de “ideologia de gênero” e suas consequências para o currículo escolar nos é caro para ratificarmos a urgente e importante inclusão da perspectiva de gênero e diversidade sexual nas escolas. Dessa forma, compreendemos que a política pública, a qual os NEG estão vinculados, implementada através da parceria entre duas secretarias no estado de Pernambuco, vem se desenvolvendo como uma espécie de resistência, contrária a esta maré que atualmente toma o Brasil, em que vários projetos de lei são postos em pauta (nas instâncias federal, estadual e municipal) visando a proibição do debate de gênero nas escolas.

Fruto de uma série de conquistas de movimentos sociais, especialmente, os ligados a pautas feministas, os NEG surgem e se

---

<sup>1</sup> Hostilidade, ódio, preconceito (de diversas ordens) dirigido a pessoas LGBTI, termo utilizado por órgãos como a ONU e a Anistia Internacional para se referir a parcela da população composta por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas de Gênero

mantêm como uma política pública oriunda de negociações entre esses movimentos sociais e o Estado. Ou seja, os NEG aparecem como uma demanda de uma parcela da sociedade que, através da conquista de espaços e representações na esfera pública, busca combater os elevados índices de violência contra mulheres, assim como minimizar os efeitos oriundos de relações desiguais de gênero.

Assim, elencamos como objetivos específicos da pesquisa: Discutir a relevância da inclusão da perspectiva de gênero nas escolas; analisar o desenvolvimento dos NEG, enquanto fruto de uma política pública, a partir das vivências dentro de uma instituição escolar; contribuir para o fortalecimento deste subprograma; construir um material que contribua para o fomento da discussão das relações de gênero e sexualidade, através da inserção social da pesquisa.

Discutir pautas ligadas às questões de gênero no ambiente escolar é importante para auxiliar processos de eliminação de discriminações e preconceitos, pois, através da educação, é possível contribuir para a construção de sujeitos empoderados que possam colaborar para a transformação das suas realidades.

Concordamos com Denise Carreira (2016) quando ela afirma que nem sempre o

aumento da escolarização resulta, necessariamente, numa melhor condição de vida, pois as desigualdades, de forma bastante imbricada, persistem nas estruturas sociais e não podem ser superadas apenas com políticas educacionais, mas que estas devem se interligar, de forma integral, a outras políticas sociais (como trabalho, saúde, proteção, distribuição de renda, etc.).

Assim, de acordo com o Informe Brasil - Gênero e Educação, documento construído pela sociedade civil que serviu de base para a construção de políticas e ações que visam a promoção da perspectiva de gênero na educação brasileira, as questões de gênero são imprescindíveis para uma educação que possa contribuir para o empoderamento dos sujeitos e para diminuir as desigualdades existentes no país, num processo interligado com outras ações oriundas de políticas públicas sociais.

Ainda de acordo com este documento, políticas públicas educacionais que objetivem a equidade de gênero devem buscar a garantia do acesso e permanência na escola a todas e todos, adotar um currículo que valorize a diversidade, promover um maior equilíbrio nas instâncias de poder na educação entre homens e mulheres e implementar políticas intersetoriais que fomentem a articulação da educação com outros direitos básicos (CARREIRA, 2016).



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Dessa forma, optamos por realizar este trabalho considerando a importância de políticas públicas de educação que visem a equidade de gênero, sendo os NEG um interessante exemplo.

**Metodologia:** De acordo com as possibilidades e os caminhos que a pesquisa foi tomando, optamos por uma metodologia qualitativa, cuja tipologia foi um estudo de caso de cunho etnográfico. Dessa forma, a pesquisa foi estruturada nas seguintes etapas:

01. Exploratória: Elaboração do problema, estabelecimento das questões, escolha do *lôcus*, contato inicial e apresentação da proposta de pesquisa para os sujeitos.

02. Sistemática: Referente a coleta de dados propriamente dita, através dos instrumentos elencados. Momento de vivência dentro do ambiente escolar.

03. Análise: Detalhamento das análises, a partir dos dados coletados.

No momento em que iniciamos os trabalhos, no primeiro semestre de 2017, havia um total de 192 (cento e noventa e dois) núcleos implementados, sendo 134 (cento e trinta e quatro) instituídos em Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) em todo o estado, e destes, 100 (cem) localizadas na capital e Região Metropolitana<sup>2</sup>. Dentre

<sup>2</sup> Ao término da pesquisa havia 208 núcleos instituídos.

esses, 64 EREM's assinaram o protocolo de intenções em 2016, estando a maioria, neste momento inicial da pesquisa, ainda em fase de implementação. Ou seja, apesar dos números expansivos, havia de fato poucas escolas que já possuíam um núcleo em pleno funcionamento. Partimos da consideração de que seria mais viável escolhermos uma escola que tivesse de fato atividades regulares no núcleo para levantamento de dados suficientes para análise.

Então, podemos afirmar que, no processo de escolha do *lôcus* da pesquisa, foi levado em consideração um conjunto de fatores, dentre eles:

01. O núcleo de gênero estar implementado e em funcionamento.

02. Haver frequência constante das atividades.

03. Pelo reconhecimento da SecMulher para as atividades desenvolvidas pelo núcleo, sendo considerada uma entre as cinco mais atuantes.

04. Devido a autorização, para realização da pesquisa, concedida tanto pela gestão da escola e pela coordenação do núcleo, quanto pela Secretaria Executiva de Educação Profissional.

A partir do exposto, a fase de coleta de dados foi iniciada no segundo semestre de



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Políticas da Educação

2017. Como dito, optamos por determinar a tipologia da pesquisa como estudo de caso etnográfico, primeiramente por entendermos que, para compreender os processos envolvidos nas relações (pedagógicas, organizacionais, sociais) geradas a partir da implementação e desenvolvimento de um núcleo de estudos de gênero dentro de uma escola, fazia-se necessário uma investigação sistemática do cotidiano desse núcleo que compõe também o cotidiano escolar.

Então, foram elencados como instrumentos para a coleta de dados a observação participante, entrevistas e análise de documentos, diário de campo. Estas técnicas, tradicionalmente ligadas à etnografia, conferem características de cunho etnográfico à metodologia aplicada.

Dessa forma, estruturamos o trabalho como um estudo de caso de *cunho* etnográfico, pois, além de utilizarmos instrumentos típicos da etnografia, a pesquisa possui como *lócus* apenas um núcleo. Na tentativa de, através da sua singularidade, compreender a *práxis* desta ação, procuramos analisar este caso particular, sem deixarmos de contextualizar as circunstâncias as quais esta ação se desenvolve, mas fazendo a consideração que o núcleo, elencado como exemplo, merece ser investigado devido seus resultados serem considerados positivos tanto

pela SecMulher quanto pela comunidade escolar.

**Discussão:** Objetivamos entender como uma instituição escolar organizou-se para colocar em prática as ações do subprograma Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência Contra Mulher. Procuramos compreender como uma escola e seus agentes (docentes, discentes, mães e pais, funcionárias/os—dando especial destaque à gestão escolar—etc.) se organizou/zaram e se organiza/m para que esta ação pudesse ser implementada e se mantivesse em funcionamento.

Entendemos que, por se tratar de uma construção social, em que questões culturais, sociais, emocionais dos diversos sujeitos estão presentes na sua estruturação, a organização escolar carrega no seu processo construtivo a influência e a confluência de forças externas aos seus muros, que provém de outros espaços da sociedade e são marcados por interesses dos grupos sociais que a compõe, sendo estes muitas vezes conflitantes (LIBÂNEO, 2001).

A partir disso, compreendemos que a opção pela implementação de um subprograma pertencente a uma Política de Formação de Gênero nos revela que no seio dessa organização grupo ou grupos de pessoas são favoráveis ou, ao menos, sensíveis à



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

inclusão da perspectiva de gênero dentro do ambiente escolar, e que esse grupo ou grupos tiveram força suficiente para implementar tal decisão, somando esforços para tal. Por mais que exista um subprograma fruto de uma política pública oriunda de ações intersetoriais de duas secretarias de estado (SecMulher e a SEE), há uma decisão interna institucional de adesão e implementação deste.

Dessa forma, estruturando o trabalho escolar, planejando, adequando a equipe da escola *locus* da pesquisa, conseguiu-se implementar o núcleo que surge a partir do convite da Secretaria da Mulher e do interesse da gestão da escola em fazer parte desse subprograma, firmando compromisso através do Protocolo de Intenções com esta Secretaria. Somado a isso, houve a adequação de um projeto já em funcionamento da professora de História, destinado ao combate do *bullying*, transformando-o no que viria a ser o núcleo de gênero.

Dessa forma, entendemos que houve uma confluência de interesses para que o núcleo pudesse de fato entrar em funcionamento. Observamos na fala da gestora que o documento que formaliza o compromisso entre a escola e a SecMulher já havia sido assinado pela gestão anterior, porém a escola não tinha conseguido de fato implementar. Assim, o papel da gestão foi importante para criar as condições

necessárias, tanto burocráticas junto à SecMulher quanto de organização da escola para o início da ação.

Além de identificar profissionais que aceitaram coordenar o projeto<sup>3</sup>, a equipe gestora da escola conseguiu organizar os horários de aulas para que todos/as estudantes interessados/as pudessem participar das atividades do núcleo. Isso foi possível devido à escola *locus* da pesquisa ser uma Escola de Referência em Ensino Médio de tempo integral, as quais, no estado de Pernambuco, possuem carga horária de horas-aula destinadas a projetos permanentes ou temporários e / ou aos denominados Estudos Orientados ou Estudos Dirigidos, uma espécie de reforço escolar. Dessa forma, esta escola conseguiu integrar as ações do núcleo de gênero neste espaço curricular.

Nesta escola, nos anos de 2017 e 2018 (anos de realização da pesquisa), existiam 04 (quatro) horas-aulas destinadas a este fim, em que as/os estudantes poderiam escolher quais projetos (temporários ou permanentes) gostariam de participar ou optarem por receber uma espécie de reforço escolar (estudos dirigidos) ofertado pelas/os próprias/os docentes. Dentre essas 04 horas-

---

<sup>3</sup> Inicialmente eram duas professoras, uma de História e outra de Geografia. Porém, posteriormente apenas a professora de História permaneceu no projeto.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

aula, uma foi destinada ao núcleo de gênero. Dessa forma, a equipe da escola conseguiu se organizar para que todas as nove (09) turmas estivessem disponíveis no mesmo horário para a participação de projetos ou estudos dirigidos.

Além da possibilidade de adequação de carga horária, por se tratar de uma escola de tempo integral, diferencial menos comum nas escolas semi-integrais e ausente nas escolas regulares (o que dificulta a implementação dos núcleos nestas), as escolas integrais no estado de Pernambuco, pertencentes ao Programa de Educação Integral (transformado em política pública desde 2008) foram pedagogicamente fundamentadas na filosofia da Educação Interdimensional do professor Antonio Carlos Gomes da Costa, “que defende a construção do ser humano na sua inteireza, ou seja, nas suas quatro dimensões: cognitiva, afetiva, espiritual e da corporeidade” (DUTRA, 2014, p.25), o que também contribui para a implementação de ações como os núcleos, que trabalham com a diversidade.

Durante o período de coleta de dados, o núcleo de gênero funcionou às segundas-feiras das 09:30 às 10:20, horário também disponível para outros projetos ou estudos dirigidos, de acordo com a escolha de cada estudante. Porém, no período em que a pesquisa foi realizada, neste horário, a escola

só disponibilizava um único projeto: o núcleo de gênero. Esta situação nos remeteu à questão do espaço físico disponibilizado.

O Núcleo possui um espaço físico para as suas atividades, sendo este também utilizado para as aulas de História de Filosofia, ambas ministradas pela coordenadora do núcleo. A cessão desse espaço foi, também, uma confluência de esforços da gestão da escola (por ceder uma sala que estava inutilizada - pertencente a um antigo projeto de robótica que fora desativado) e da coordenadora do núcleo que a solicitou (tendo em vista o seu desuso), organizou estruturalmente (através de doações de materiais: ventiladores, carteiras...), realizou mutirão de limpeza etc.

Essa (re)estruturação de horários para possibilitar o funcionamento do núcleo (incluído no currículo da escola) e da aquisição de um espaço físico próprio foi imprescindível para o desenvolvimento das atividades e determinante para o seu funcionamento, sendo, inclusive, estes (horário fixo e espaço físico) itens de avaliação e acompanhamento do Instrumental de Monitoramento da SecMulher.

Entretanto, esses quesitos também nos revelam algumas limitações do projeto, que é a incapacidade de englobar toda a escola, pois, apesar da possibilidade de todas/os



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

estudantes optarem por participar do núcleo, isto não seria possível, porque existe apenas uma hora-aula disponível para as atividades e o espaço físico de uma sala de aula não comporta muitas pessoas ao mesmo tempo. Esta situação se agrava pelo fato de ter apenas uma docente envolvida no projeto. Dessa forma, foi estipulado que, para participar do núcleo, a/o estudante deveria se inscrever previamente, e que a capacidade seria para 40 estudantes regularmente inscritas/os, porém com a possibilidade de participação de qualquer estudante, esporadicamente. Assim, percebemos que as ações diretas do núcleo se restringiam ao grupo participante, com espaço, tempo e equipe de profissionais reduzidos apenas a uma docente.

Assim, através de processos avaliativos, a professora coordenadora do núcleo detectou esta questão e propôs uma ação de expansão das atividades para toda a escola, intitulado Momento Consciência, inspirado num projeto que ocorre no estado de São Paulo. A ideia é de realização de atividades na quadra da escola para que todos os membros desta pudessem participar. Dessa forma, O Momento Consciência passou a acontecer a partir do segundo semestre de 2017, uma vez por mês, e se tornou um espaço para teatro, dança, poesia, palestras com temáticas previamente escolhidas e de acordo com assuntos trabalhados no núcleo.

Somadas ao Momento Consciência, outras atividades também passaram a acontecer, abrangendo toda a escola, no intuito de trazer a discussão das temáticas de gênero, lgbtifobia, racismo etc., para além da sala onde funciona, como a confecção de cartazes (colados distributivamente pela escola) e apresentações em datas comemorativas (como no dia da consciência negra). Em outros termos, apesar das limitações de espaço e tempo, podemos perceber que o núcleo cumpre o objetivo de fomentar a inclusão da perspectiva de gênero dentro da escola, não se limitando apenas a isto, mas abordando de forma interseccional outras questões (marcadores sociais).

Dessa forma, todos os sujeitos entrevistados concordaram que houve mudanças positivas nas vivências escolares no que tange as temáticas abordadas pelo núcleo. Vejamos abaixo a fala de uma das integrantes quando questionada a respeito das possíveis melhorias na escola a partir de questões trabalhadas no projeto:

No preconceito. O preconceito diminuiu não muito não, não tanto, mas diminuiu bastante. As pessoas que praticavam bullying começaram a frequentar o núcleo e diminuiu bastante a questão do bullying também, sobre o racismo. Eu já sofri racismo e superei por causa do núcleo e o racismo foi aqui também. Eu consegui





## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

desenvolver... assim... a capacidade de não ser machista, não ser preconceituosa com o núcleo, isso também melhorou também comigo. Foi bastante legal (Luana<sup>4</sup>, 18 anos, em entrevista em 12/03/2018).

Com a fala acima, podemos pontuar duas questões: A primeira, referente ao processo de mudança de comportamento em relação ao que ela nomeia de *bullying*, mas que em verdade consideramos importante distinguir as causas desse *bullying* (se lgbtifobia, se racismo, se questões de gênero...) para que possam ser de fato combatidos. Essa mudança comportamental é citada por falas de diversos outros agentes como a diretora, a professora da escola, estudantes e, até mesmo, a equipe da SecMulher.

O segundo ponto são as permanências. Por mais que os sujeitos detectem melhorias em relação a preconceitos, situações e relatos de violência continuam sendo comuns, mesmo que em menor número do que antes da implementação do núcleo, mas, ainda assim, com bastante frequência. Em questionário aplicado junto aos/às estudantes membros do núcleo, dos 07<sup>5</sup> questionários respondidos, 05 afirmaram já terem sofrido ou

4 Optamos por utilizar nomes fictícios a fim de preservar a pessoa humana e minimizar eventuais riscos da pesquisa.

presenciado situações de preconceito referentes à gênero e sexualidade dentro da escola.

Foram significantes os relatos de violência (sobretudo verbal) que nos foram compartilhados pelas/os estudantes. Além do disto, durante nosso trabalho de campo, pudemos presenciar um ataque ao núcleo de gênero, onde alguns cartazes e o mural produzidos pelo grupo, assim como a porta da sala onde o núcleo funciona foram alvos de pichações com o símbolo nazista da suástica e com frases como “Preconceito é solução” e “Nazismo não é ruim. É top”. Esse ataque ocorreu no encontro do grupo seguinte ao acontecimento do primeiro Momento Consciência, o qual teve a participação de toda comunidade escolar.

Essas situações de violência vivenciadas dentro da escola são reflexos de conflitos que ultrapassam seus muros e possuem raízes em estruturas sociais excludentes e desiguais, marcadas por hierarquias e privilégios que foram culturalmente, socialmente e historicamente instituídos e que interferem diretamente nas vivências escolares. Acrescente-se, ainda, que, muitas vezes, determinam quem terá os melhores desempenhos e quem conseguirá

5 Por questões relacionadas ao Comitê de Ética optamos por utilizar apenas os questionários respondidos por estudantes maiores de idade.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

concluir com êxito o processo de escolarização.

Muitas violências praticadas no seio do ambiente escolar são reflexos de desigualdades socialmente instituídas e precisam ser combatidas, não como ações isoladas, mas extensas a toda comunidade escolar, de forma permanente, ou seja, institucionalmente estruturadas e com olhar atento e crítico, além de sensível à fala dos seus sujeitos, desvendando práticas de violência que são naturalizadas.

Para além disto, o núcleo também possui o desafio de lidar com violências externas à escola que, muitas vezes, ocorrem no meio familiar e interferem no desempenho dos estudantes. Interessa saber que esse problema é abordado em discussões iniciadas dentro do próprio núcleo. Durante o período de coleta de dados da pesquisa, nas observações participantes que realizamos nas atividades do núcleo, pudemos presenciar vários relatos de estudantes que sofreram violência no ambiente familiar, sobretudo no que se refere a questões de sexualidade.

Este é um grande desafio, pois o núcleo toca em questões que, muitas vezes, despertam sentimentos envoltos de dores, porque são oriundos de situações de violência sofridas em vários espaços sociais, incluindo, o próprio lar. A ausência de uma equipe

multidisciplinar, composta por psicólogos/os, assistentes sociais etc. nas escolas públicas do estado de Pernambuco termina transferindo para a/o professora/or e equipe gestora a atribuição de prestar esse acompanhamento e acolhimento, sendo apenas os casos mais graves encaminhados ou para o Conselho Tutelar ou para o setor responsável na Secretaria de Educação.

Dessa forma, ter uma escuta sensível e manter um diálogo atento é de fundamental importância para este trabalho desenvolvido pelo corpo docente e equipe gestora.

Outro desafio vivenciado que podemos destacar é a oposição que alguns pais, mães e responsáveis fazem frente ao núcleo. Como dito, nos últimos anos, movimentos conservadores alinhados a grupos religiosos fundamentalistas travaram uma verdadeira batalha a respeito da função social da escola em discutir, sobretudo questões de gênero e sexualidade.

Uma explicação para tal, além da conjuntura de uma crise política e econômica, em que emerge uma visão política neoliberal refutada no Estado Mínimo, ou seja, com o estreitamento da atuação do Estado, reduzindo investimentos, principalmente nas políticas sociais, foram os avanços anteriores de movimentos sociais que conquistaram representação na esfera pública e,



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

consequentemente, políticas destinadas para minimizar desigualdades historicamente, culturalmente e socialmente instituídas e várias áreas, dentre elas a educação.

Dessa forma, muitos projetos, ações, políticas públicas de educação foram destinados ao combate ao racismo, à lgbtifobia, as desigualdades de gênero etc., ressaltando a importância da escola enquanto espaço público para a desconstrução de modelos convencionais de família, sexualidades, masculinidades, feminilidades que são excludentes a quem não pertence a estas normatividades e que impactam diretamente no rendimento escolar, na trajetória profissional e nas vivências no ambiente escolar e na sociedade como um todo, expondo esses sujeitos, muitas vezes, à situação de violência. Logo, “é importante reconhecer que a maioria das iniciativas de educação para igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual teve como protagonistas o movimento social” (SECAD / MEC, 2007, p.38).

Em oposição a este espaço conquistado por diversos movimentos sociais, surgem grupos conservadores que visam frear e até mesmo retroagir as vitórias desses movimentos. É neste cenário, através principalmente do Escola Sem Partido, que se inicia uma caça à chamada “ideologia de gênero” dentro das escolas. Tal situação

impacta diretamente na atuação docente, o que limita a liberdade cátedra, e causa vários transtornos (incluindo ameaças e perseguições) a professoras/es que trabalham com questões de gênero e sexualidade.

Com o subprograma dos núcleos de gênero não foi diferente. Inúmeros são os relatos de docentes e gestoras/es de escolas que participam dos NEG e que foram denunciados, acusados de pregarem a ‘ideologia de gênero’, incluindo a professora coordenadora do núcleo *lôcus* da pesquisa. Esta situação influencia diretamente as ações do NEG, porque alguns pais, mães, responsáveis não permitem que suas/seus filhas/os participem do projeto, além do desconforto causado pelas acusações recorrentes de “influenciar a ser gay”.

Dessa forma, percebemos que é de fundamental importância para o bom desenvolvimento da ação que toda a comunidade escolar seja envolvida, inclusive pais/ mães / responsáveis. Discutir com todos/as os/as profissionais da escola a respeito da importância de incluir tais temáticas, alertando a influência que exercem sobre o rendimento escolar e a permanência das/os estudantes na escola; sensibilizar a todas/os sobre a gravidade de determinados comportamentos preconceituosos que devem ser combatidos e desnaturalizados; incluir no Projeto Político Pedagógico objetivos e ações



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

que fortaleçam o compromisso da escola em promover um currículo democrático e igualitário; oferecer a estrutura formativa, física e estrutural; organizar o horário escolar para que as atividades possam acontecer regularmente são imprescindíveis para que um núcleo de estudos de gênero possa funcionar num ambiente escolar.

Esta é uma ação que envolve, além de iniciativas particulares (como de um/a docente interessado/a na temática, por exemplo), toda a comunidade escolar, cabendo à gestão da escola estruturar, planejar e organizar todas as atividades, mediando conflitos e interesses, articulando a capacidade de diálogo para um bem comum.

Durante o período de levantamento de dados, constatamos que, para a implementação do núcleo de estudos de gênero, houve uma série de esforços de diferentes sujeitos, estruturação do horário escolar, adequação de um antigo projeto, organização de espaço físico, disposição de uma docente para coordenação (mesmo com excesso de carga horária), avaliação, reestruturação de ações, tentativas para sanar problemáticas emergentes (como a objeção de alguns pais, mães, responsáveis, por exemplo), que somadas à existência de uma política pública intersetorial de duas secretarias de estado (SecMulher e SEE) e o Programa de Educação Integral o qual a

escola *lôcus* da pesquisa compõe (onde existe a possibilidade de oferta de hora-aula para este fim) foram imprescindíveis para que esta ação fosse implementada nesta instituição.

**Considerações Finais:** A proposta deste trabalho foi trazer a reflexão respeito de um subprograma oriundo de uma política pública de formação em gênero, implementada em instituições de ensino no estado de Pernambuco, entender seu contexto e sua *práxis* a partir de vivências em uma dada escola, e, em certa maneira, contribuir para seu desenvolvimento.

A compreensão de que a instituição escolar é um espaço de disputa (política, cultural, etc.) de diversos grupos com diferentes concepções e objetivos, e de que esta possui fundamental importância tanto para a construção de uma sociedade mais equânime quanto na trajetória escolar e profissional de seus sujeitos nos é cara, apesar de compreendermos suas limitações.

Foi buscando compreender a *práxis* de um subprograma, fruto de uma política pública, que procuramos problematizar a normatividade que naturalizou determinados comportamentos que tangem as relações de gênero e sexualidade. Sabemos que não cabe à escola a responsabilidade de determinar ou explicar as identidades sociais, porém o silenciamento, o não reconhecimento



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

vivenciado dentro da instituição escolar termina por legitimar determinadas identidades e práticas sexuais, ao mesmo tempo que marginaliza e reprime outras. Esta situação repete-se, também, em outras instâncias sociais como a igreja, a justiça, a mídia (LOURO, 2016).

Dessa forma, participar das vivências de um núcleo de estudos de gênero dentro de uma escola foi imprescindível para compreensão dos erros, acertos, dificuldades, resistências, resultados etc. de uma política pública que se propõe a trabalhar com questões ligadas a relações de gênero e sexualidade. A partir disso, podemos destacar que a deficiente formação docente no que se refere a temáticas de gênero e sexualidade, à dificuldade de inserção no currículo escolar de tais temáticas e, ainda, à resistência de diversos membros da comunidade escolar (sobretudo mães, pais e / ou responsáveis) são as principais problemáticas enfrentadas por professoras e professores que se propõem a trabalhar com essas questões.

Além disto, é igualmente importante frisarmos que a existência de um núcleo de gênero, apesar da sua relevância, não é suficiente para a garantia da inclusão dessa perspectiva de forma eficaz. É necessário o cuidado de rompimento da guetização que essas ações tendem a serem reduzidas. É de extrema importância que haja abalos em

estruturas que passaram por um amplo processo de naturalização, indo de encontro à tendências que limitam discussões de gênero, sexualidade, raça-etnia etc. a datas comemorativas, por exemplo. Esse tipo de redução nada mais é do que a promoção de uma inversão em que o marginal ocupa o centro, excepcionalmente (LOURO, 2003). Faz-se necessário criar estratégias para que haja de fato transformações.

Corroborando com este posicionamento e com o intuito de contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento das ações do núcleo, compondo, assim, o que denominamos de inserção social da pesquisa, realizamos duas oficinas com os/as membros do núcleo e elaboramos dois roteiros de oficinas (cujo público se estende a toda comunidade escolar) para serem realizadas em qualquer instituição de ensino com o objetivo de combater resistências referentes a inclusão da perspectiva de gênero nas escolas, como forma de produto final desta inserção social.

Dessa forma, buscamos parcerias para a execução dessas oficinas com Organizações Não Governamentais e movimentos da sociedade civil que abordem tais temáticas, pois, como nos afirma Louro, é de grande valia, nesta tentativa de modificação desses arranjos sociais, “a construção de redes de aliança e solidariedade entre vários sujeitos



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Educação

envolvidos nas práticas educativas e escolares - dentro e fora da escola” (LOURO, 2014, p. 131).

Realizamos duas oficinas com as temáticas “O que é gênero?” e “Feminismo Negro” ministradas em parceria com a ONG Instituto Papai e com o MAPE (Mulheres no Audiovisual/PE), respectivamente.

Estas foram importantes tanto como inserção social da pesquisa (a qual propomos contribuir para a melhoria do desenvolvimento das ações do núcleo - como forma de colaboração na prática pedagógica), quanto para a coleta de dados, pois também integraram a observação participante e compuseram a construção do diário de campo.

Assim, tentamos construir esse trabalho como uma forma estratégica de contribuição na batalha travada contra movimentos conservadores que visem mais uma vez calar vozes que foram tantas e tantas vezes invisibilizadas. Por isso, pesquisar a respeito de uma política pública de formação em gênero nos espaços formais de educação, já implementada, significa trazê-la à tona. Analisá-la, avaliá-la, ou seja, refletir sobre ela é uma forma de tentar fortalecê-la, de utilizá-la como instrumento de luta, respeitando sua história que perpassa por vitórias de movimentos sociais, vinculados, sobretudo, às mulheres e pessoas LGBTI.

### Referências:

ANDRÉ, M. **Etnografia da Prática Escolar**, São Paulo: Papyrus, 2005. Disponível em: <[https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm\\_source=andre-marli-e-d-a-etnografia-da-pratica-escolar-pdf](https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=andre-marli-e-d-a-etnografia-da-pratica-escolar-pdf)>. Acesso em 21 jun. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer Diferenças e Superar Preconceitos**, Brasília: Secad/MEC, 2007. (Cadernos Secad, v. 4). Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola\\_protege/caderno5.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf)>. Acesso em 17 jan. 2016.

CARREIRA, Denise et al. **Gênero e Educação: Fortalecendo uma Agenda para as Políticas Educacionais**, São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016.

DUTRA, Paulo F. V. **Educação Integral no Estado de Pernambuco: Uma Política Pública para o Ensino Médio**, Recife: Editora UFPE, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. “O sistema de organização e gestão da escola” In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em <[https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB\\_Gest%C3%A3o.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB_Gest%C3%A3o.pdf)>. Acesso em 15 abr. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista**, 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. Currículo, Gênero e Sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um Debate Contemporâneo na Educação**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 43-66.



## **XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero